



**Projeto da deputada
Sílvia Cristina exige
informação sobre
prematuridade do
bebê na certidão de
nascimento**



Página 04

**Eleições 2024:
candidatos não
podem ser presos a
partir deste sábado**



Página 04

**Influenciador Digital
Neto Moura declara
apoio à reeleição do
vereador Everaldo
Fogaça em Porto Velho**



Página 05

**ESCÂNDALO: Polícia
de SP prendeu de
novo 416 detentos
folgados de saidinha**



Página 06

**JUSTIÇA CONDENA
PREFEITO ARISMAR
ARAÚJO A DEVOLVER
R\$ 2 MILHÕES EM
SALÁRIOS RECEBIDOS
IRREGULARMENTE**

Página 08

Rafael Godoi quer implantar Centro de Especialidades Médicas

Rolim de Moura - O candidato a prefeito de Rolim de Moura, Rafael Godoi, quer implantar um centro de especialidades médicas. O núcleo ofereceria atendimento em diversas áreas. A ideia é resolver um problema antigo do setor de saúde do município. Rafael Godoi é veterinário e filiado ao Partido Liberal (PL), do presidente Jair Bolsonaro e disputa a eleição com o número 22. **Página 03**



**Rolim de Moura e mais nove prefeituras de
Rondônia terão de explicar emendas PIX**



Página 02

**Emenda do deputado Jean
Mendonça é destinada para
diagnóstico de câncer**



Página 02

**Rolim de Moura – Candidato
a reeleição Aldo Júlio,
descumpre legislação eleitoral**

Página 05



Acesse o site: **www.correiodamata.com.br**
e confira as últimas notícias da Zona da Mata, do Estado e o que acontece no cenário internacional

Emenda do deputado Jean Mendonça é destinada para diagnóstico de câncer

O Centro de Diagnóstico de Câncer, que será construído junto ao Hospital São Daniel Comboni, em Cacoal, tem o apoio de vários deputados estaduais, que liberaram emendas parlamentares para viabilizar a obra. A presidente da Associação Assistencial São Daniel Comboni-Assdaco, Vera Bianchini, assinou o contrato com o empresário Antônio Bisconsin, da Construtora Aripuanã, que tem recursos via emenda do deputado estadual Jean Mendonça (PL) e de outros deputados.

O Centro de Diagnóstico será da maior importância para o atendimento no Daniel Comboni, favorecendo a toda a região polarizada por Cacoal. Na assinatura do contrato marcaram presença vários deputados que liberaram as emendas para viabilizar a obra, além de toda a diretoria da Assdaco.

Para o deputado Jean Mendonça, 2º secretário da Mesa Diretora

da Assembleia Legislativa-Alero, os parlamentares demonstraram sensibilidade ao atender a Assdaco com a liberação das emendas, “possibilitando a construção do Centro de Diagnóstico de Câncer, obra da maior importância social, que atenderá os pacientes regionais, que não mais precisarão se deslocarem a outros centros em busca de atendimento”.

A construção do centro de diagnóstico terá início nos próximos 30 dias e prazo de conclusão de 12 meses. A obra terá 928,52 metros quadrados de área construída e localizada ao lado do complexo hospitalar Daniel Comboni, obra do ex-prefeito de Cacoal em dois mandatos consecutivos, padre Franco Vialetto.

Após concluído, o local disponibilizará serviços de tomografia computadorizada, colonoscopia, endoscopia, mamografia, ultrassonografia, densitometria e ressonância magnética.



Diversos parlamentares destinaram emendas (Foto: Ítalo Ricardo I Secom Governo de Rondônia)

tica. Consultórios médicos, laboratórios, sala de fisioterapia e de outros equipamentos, que também estarão disponíveis aos pacientes.

Vários deputados contribuíram com emenda atendendo pedido do

primeiro secretário da Alero, Cirone Deiró (União Brasil) com apoio de Jean Mendonça, garantindo recursos financeiros suficientes para construção do complexo.

Texto: Assessoria parlamentar

Rolim de Moura e mais nove prefeituras de Rondônia terão de explicar emendas PIX



Dez cidades de Rondônia terão de explicar, até o dia 27 de estembro, por meio de formulários endereçados à Controladoria Geral da União (CGU), recursos recebidos entre os anos de 2020 a 2024 por meio de emendas PIX.

A ação abrange tanto estados quanto municípios e faz parte do planejamento de trabalho que cumpre a determinação do Supremo Tribunal Federal (STF), no âmbito da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) nº 7.688.

Como primeiro passo da auditoria, a CGU enviou ofícios a 200 entes federativos, entre Es-

tados/Distrito Federal e Municípios, que receberam o maior volume de transferências via emendas PIX entre os anos de 2020 e 2024. Esses entes devem preencher um formulário eletrônico detalhando o uso dos recursos recebidos.

A CGU vai consolidar as informações e fazer trabalhos de campo por amostragem. A última etapa é a consolidação do relatório final. Os entes federativos têm até dia 27 de setembro para envio das informações.

Fonte: Redação Valor&MercadoRO

MORCEGÃO MOTOS
O Amigo do Motoqueiro!!
Fone: 3442-2727
Sergio: 8498-1001


E-mail: morcegaomotos@hotmail.com

• Sintra-Ali • Sinsezmat
• Cartão Acirm

Rua Rio Madeira, 4875 - Centro - CEP. 76.940-000 - Rolim de Moura - RO

CORREIO DA MATA
Um Jornal a Serviço de Rondônia

CNPJ: 07.054.577/0001-25

Diretor Responsável: Elinaldo Bispo

Editor: Richard Panont Morante/DRT-747

Diagramação: Valdinei R. Carvalho (99377-8991)

Av. Belém nº 3382 - Rolim de Moura - RO

Fone: 3442-1425 / 8428-9790

Tiragem: 500 exemplares

Circulação: Porto Velho, Pimenta Bueno, Rolim de Moura, Nova Estrela, Alta Floresta D'Oeste, Santa Luzia D'Oeste, Nova Brasilândia D'Oeste, Novo Horizonte.

Filiado à ADJORI - Associação dos Jornais do Interior de Rondônia

Rafael Godoi quer implantar Centro de Especialidades Médicas

Da Redação

Rolim de Moura - O candidato a prefeito de Rolim de Moura, Rafael Godoi, quer implantar um centro de especialidades médicas. O núcleo ofereceria atendimento em diversas áreas. A ideia é resolver um problema antigo do setor de saúde do município. Rafael Godoi é veterinário e filiado ao Partido Liberal (PL), do presidente Jair Bolsonaro e disputa a eleição com o número 22.

“Precisamos criar um centro de especialidades médicas com urgência. O nosso objetivo é contratar profissionais de áreas como, cardiologista, neurologista, endocrinologista, pediatra e geriatra. Esse núcleo atenderá uma demanda que hoje tem muita dificuldade de ser atendidas pelo SUS”, explicou Rafael Godoi.

O centro de especialidades resolverá um problema antigo que o setor de saúde municipal enfrenta. Até hoje os pacientes necessitam agendar as consultas para serem atendidos em outros municípios.

“Esse sistema causa dificuldades para os pacientes que além da demora para o agendamento das consultas ainda enfrentam transtornos com a viagem e a estadia. Como exemplo, muitos precisam ir para atendimento em Porto Velho e para isso precisam ir de ônibus, sem acompanhante, e ficar em casa de apoio, esse serviço é importante, mas podemos melhorar muito para os pacientes atendendo a demanda em Rolim de Moura”, destacou candidato a prefeito Rafael Godoi.

Da Redação

Foto: Correio da mata



“Precisamos criar um centro de especialidades médicas com urgência.”

Deputado Jean Mendonça comemora Recorde de comercialização e de público na Expopib



O sucesso da Expopib, para o deputado Jean Mendonça, espelha a importância social, econômica e financeira da nossa região.

“Com crédito, o produtor tem condições de investir mais e melhor em suas propriedades

Deputado Jean Mendonça contribuiu com emenda de R\$ 750 mil para o evento. Neste ano, as feiras-expo-

sições foram retomadas e Pimenta Bueno município polo da região esteve em festa de 3 a 7 com a Expopib, em sua 39ª edição.

Foram cinco dias de muita movimentação em Pimenta Bueno e re-

gião. A decisão da Associação Rural de Pimenta Bueno em abrir os portões da Expopib, inclusive nos shows animou a população, que compareceu em grande número durante todos os dias de festa.

O presidente da associação Cleyson Aparecido Coutinho de Castro está satisfeito com o sucesso da Expopib. A economia esteve aquecida não somente no período da exposição. Dias antes do evento já era enorme a movimentação na cidade com hotéis, restaurantes, bares, pizzarias, comércio em geral praticamente lotados.

“Com crédito, o produtor tem condições de investir mais e melhor em suas propriedades melhorando a produtividade pecuária e agrícola resultando em lucros”. Os negócios, ainda estão sendo realizados e já ultrapassam os R\$ 41 milhões”, afirmou o presidente Cleyson Castro. O deputado estadual Jean Mendonça (PL), já foi vereador, prefeito de Pimenta Bueno e ocupa o cargo de segundo secretário da Mesa Diretora

da Assembleia Legislativa (Alero), esteve marcando presença todas as noites na Expopib, a mais importante festa popular do município.

O sucesso da Expopib, para o deputado Jean Mendonça, espelha a importância social, econômica e financeira da nossa região. O recorde de comercialização e de público demonstram a pujança de Pimenta Bueno, e que o povo prestigia eventos significativos como a feira-exposição.

Jean Mendonça, além prestigiar todos os momentos da Expopib, não somente durante os dias de festa, participou das reuniões que antecederam o evento e contribuiu com emenda parlamentar de R\$ 750 mil na organização do evento. “A Expopib é uma festa do povo e voltada para o povo. Parabéns aos organizadores, que abriram os portões de entrada, pela gratuidade de o estacionamento e garantiu o transporte das pessoas da cidade para o parque. Parabéns a todos”, concluiu o deputado.

Por Waldir Costa

Eleições 2024: candidatos não podem ser presos a partir deste sábado

A prisão só pode ocorrer em caso de flagrante delito

Porto Velho, RO - A partir deste sábado 21, os candidatos que disputam as eleições municipais deste ano não poderão ser detidos ou presos, salvo em flagrante delito.

Pela norma, postulantes ao cargos de prefeito, vice-prefeito e vereador ficam impedidos de detenção durante os 15 dias que antecedem o primeiro turno do pleito, neste ano marcado para 6 de outubro. A regra está prevista no parágrafo 1º do artigo 236 do Código Eleitoral (Lei nº 4.737/1965).

O objetivo da medida é garantir o equilíbrio da disputa eleitoral e prevenir que prisões sejam usadas como manobra para prejudicar o candidato por meio de constrangimento político ou o afastando de sua campanha eleitoral.

Caso ocorra qualquer detenção no período, o candidato deverá ser conduzido imediatamente à presença do juiz competente, que verificará a legalidade na deten-

ção. Quando não houver flagrante delito, o juiz deverá relaxar a prisão do candidato.

No caso dos eleitores, o prazo que proíbe a prisão é de cinco dias antes do pleito (1º de outubro), a não ser em flagrante delito.

Segundo turno

A partir de 12 de outubro, nos municípios onde houver segundo turno, a ser realizado em 27 de outubro, último domingo do mês, o candidato não poderá ser preso ou detido. Novamente, a única exceção é para prisões em flagrante delito. O flagrante ocorre no exato momento em que o agente está cometendo o crime ou, após sua prática, há evidências de que a pessoa presa é, de fato, autora do delito.

A Constituição Federal e a Resolução TSE nº 23.734/2024 determinam que, somente em cidades com mais de 200 mil eleitores aptos a votar, os candidatos poderão disputar o segundo turno, caso nenhum deles tenha sido eleito por maioria absoluta (metade mais um dos votos válidos) na primeira fase da eleição.



No caso dos eleitores, o prazo que proíbe a prisão é de cinco dias antes do pleito (1º de outubro), a não ser em flagrante delito.

Com essa condição da lei eleitoral, dos 5.569 municípios que participarão das eleições 2024, apenas 103 localidades têm a possibilidade de ter uma segunda etapa do pleito para a prefeitura.

Eleições 2024

No pleito deste ano, estão em disputa os cargos de prefeito, vice-prefeito e vereador em 5.569 municípios. O Tribunal Superior Eleitoral contabiliza 5.569 vagas para prefeituras, mais 5.569 vagas para vice-prefeituras, além de 58.444 vagas de vereadores nas câmaras municipais, que re-

presentam o Poder Legislativo da cidade.

Em 6 de outubro, disputam as vagas mais de 463,35 mil candidatas e candidatos disputarão cargos de prefeitos, vice-prefeitos e vereadores, em 5.569 municípios, conforme dados do TSE.

O Brasil tem 155,9 milhões de pessoas aptas a votar no pleito deste ano. Por se tratar de eleições municipais, os eleitores que estão no exterior não estão obrigados a votar.

Fonte: Carta Capital

Foto: Agência Brasil

Projeto da deputada Silvia Cristina exige informação sobre prematuridade do bebê na certidão de nascimento



A Câmara dos Deputados analisa a proposta

Porto Velho, RO - O Projeto de Lei 2180/24 determina que a certidão de nascimento informe a prematuridade da criança, se for este o caso. O texto em análise na Câmara dos Deputados altera a Lei dos Registros Públicos.

“O registro oficial dessa condição permitirá que profissionais de saúde acessem informações essenciais para oferecer cuidados personalizados desde os primeiros dias de vida”, afirmou a autora da proposta, deputada Silvia Cristina (PP-RO).

A prematuridade, explicou a parlamentar, é definida como o nascimento antes de 37 semanas de gestação. “Segundo a Organização das Nações Unidas (ONU), é a principal

causa de morte infantil no mundo inteiro”, destacou Silvia Cristina.

“No Brasil, aproximadamente 12% dos bebês nascem com menos de 37 semanas de gestação. Somos o 10º o país no ranking de prematuridade, com cerca de 330 mil famílias por ano passando por essa desafiadora jornada”, continuou ela.

Próximos passos

O projeto tramita em caráter conclusivo e será analisado pelas comissões de Previdência, Assistência Social, Infância, Adolescência e Família; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Para virar lei, o texto terá de ser aprovado pela Câmara e pelo Senado.

Foto - Mário Agra / Câmara dos Deputados

Fonte: Rondônia Dinâmica

Rolim de Moura – Candidato a reeleição

Aldo Júlio, descumpre legislação eleitoral

Conforme decisão da Justiça Eleitoral de Rolim de Moura, o candidato à prefeitura, Aldo Júlio, foi notificado após denúncia de que seus cabos eleitorais estariam usando camisetas com o número de urna, em desacordo com a legislação eleitoral. De acordo com a Resolução 23.610/2019 do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), é proibido o uso de camisetas que contenham elementos explícitos de propaganda eleitoral, como o número do candidato. A norma permite a entrega de ca-

misetas aos cabos eleitorais, desde que estas contenham apenas a logomarca do partido, da coligação ou o nome do candidato, sem o número de urna.

O juiz eleitoral da 29ª Zona Eleitoral, Eduardo Fernandes, julgou procedente o pedido, determinando que Aldo Júlio se abstenha de utilizar camisetas com seu número de identificação, sob pena de multa de R\$ 1.000,00 por cada ato de descumprimento.

Redação



O juiz eleitoral da 29ª Zona Eleitoral, Eduardo Fernandes, julgou procedente o pedido

Influenciador Digital Neto Moura declara apoio à reeleição do vereador Everaldo Fogaça em Porto Velho

Com sua credibilidade e alcance, Neto contribui para dar visibilidade às ações de Fogaça e reforçar a importância de seu trabalho em prol da população.

Porto Velho, RO - Em um momento decisivo para as eleições em Porto Velho, o influenciador digital Neto Moura, que conta com quase 120 mil seguidores no Instagram, anunciou publicamente seu apoio à reeleição do vereador Everaldo Fogaça (PSD).

Esse é um passo importante, pois é a primeira vez que Neto Moura https://www.instagram.com/neto_moura?igsh=MXQ1aGtjOXMxM-2p1bQ== se posiciona a favor de um candidato em uma eleição, o que destaca ainda mais sua escolha.

Neto Moura justificou seu apoio a Fogaça ressaltando as ações realizadas pelo vereador em defesa da população.

De acordo com o influenciador, ele conhece Fogaça há muitos anos e pode atestar a importância do traba-

lho desenvolvido por ele na Câmara Municipal.

Moura acredita que o vereador tem se empenhado de forma significativa para promover o desenvolvimento e beneficiar a comunidade de Porto Velho.

Com seu alcance nas redes sociais, Neto Moura se tornou uma referência regional e até nacional, especialmente após a pandemia, quando o papel dos influenciadores digitais se tornou ainda mais relevante.

Agora, ao apoiar a campanha de Everaldo Fogaça, ele não apenas reafirma seu compromisso com a cidade, mas também utiliza sua plataforma para mobilizar eleitores e aumentar a visibilidade das propostas do vereador.

A declaração de apoio de Neto Moura pode impulsionar ainda mais a candidatura de Fogaça, conectando-o a um público jovem e engajado que segue o influenciador.



Neto Moura justificou seu apoio a Fogaça ressaltando as ações realizadas pelo vereador em defesa da população.

A popularidade de Neto nas redes sociais pode ajudar a transmitir as propostas do vereador de maneira mais eficaz, consolidando uma base de apoio sólida.

O apoio do influenciador digital Neto Moura à reeleição do vereador Everaldo Fogaça representa uma união poderosa entre influências digitais e política local.

Com sua credibilidade e alcance, Neto contribui para dar visibilidade às ações de Fogaça e reforçar a importância de seu trabalho em prol da população.

À medida que a campanha avança, essa parceria promete gerar impacto significativo na mobilização dos eleitores de Porto Velho.

Redação

Leia e assine
Jornal Correio da Mata
Cel: 98428-9790

Feminicídio: Acusado de asfixiar mulher tem recurso negado e vai a júri

Consta na decisão judicial que o réu e a vítima conviviam há um ano e tinham uma união turbulenta com histórico de violência por parte do acusado.

Um homem denunciado por asfixiar, com ajuda de outra pessoa, sua companheira (feminicídio), teve seu recurso de impronúncia e absolvição sumária negado pelos julgadores da 2ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia. A sentença de pronúncia é do 2º Tribunal do Júri da Comarca de Porto Velho.

O pedido de absolvição do réu foi sob o argumento de que a vítima teria cometido suicídio com um fio que enrolado no pescoço; isso na presença do acusado e do seu suposto amigo, também acusado no envolvimento do crime.

Para o relator, desembargador José Jorge Ribeiro da Luz, os elementos de provas como ocorrência policial; laudos de exames de constatação, de exames em local de reprodução simulada dos fatos, perícia criminal, de constatação e extração de dados, além de testemunhas, apontam contra o acusado.

Ainda segundo o voto, a sentença de pronúncia não pode fazer um exame do caso aprofundado, haja vista que essa função é do Tribunal do Júri, pois os jurados (conselho de sentença) são quem vão decidir se o réu é inocente ou culpado no determinado dia da solenidade do julgamento.

Consta na decisão judicial que o réu e a vítima conviviam há um ano e tinham uma união turbulenta com histórico de violência por parte do



acusado. O fato aconteceu na madrugada do dia 6 de dezembro de 2021, em uma vila de apartamentos, situada na Av. Calama – Bairro Embratel, em Porto Velho – capital do Estado de Rondônia.

O caso foi julgado durante a sessão eletrônica realizada entre os dias

9 e 13 de setembro de 2024. Acompanham o voto do relator, os desembargadores Álvaro Kalix Ferro e Francisco Borges.

Recurso em Sentido Estrito n.7074111-09.2021.8.22.0001

Fonte: Assessoria de Comunicação Institucional

ESCÂNDALO: Polícia de SP prendeu de novo 416 detentos folgados de saidinha



Cada "saidinha" de criminosos aumenta a criminalidade e provoca apreensão na sociedade - Foto: redes sociais.

Justiça afronta lei do Congresso e mantém "saidinhas" de bandidos

Já somavam 416 os presos recapturados em São Paulo em flagrante delito ou por descumprirem normas da saída temporária ou "saidinha" relativa ao mês de setembro.

Aas prisões começaram a ocorrer já nas primeiras horas após a soltura, esta semana, como no caso de quase quarenta detentos, alguns ainda vestindo o uniforme do sistema carcerário, detidos na área da cracolândia, no centro da capital paulista.

O Congresso Nacional já aprovou lei, que se encontra em vigor, extinguindo ou limitando ao máximo a regalia da saída temporária, mas

alguns tribunais estaduais de Justiça resolveu ignorar a nova lei e adotar o princípio do suposto "direito adquirido" dos detentos. Com isso, nesses estados, inclusive São Paulo, a nova lei só valor para novos e futuros condenados.

Esse tipo de regalia sempre foi questionado pela ausência de critérios para sua concessão ou, no mínimo, pelas falhas grotescas nesses critérios seguidos pelos vários profissionais que participam do processo de "seleção" dos criminosos sentenciados que têm direito, incluindo o parecer final do ministério público e o ato dos juízes de execução penal.

Fonte: Diário do Poder



EUCATUR

Fone: 3442-1115 *Abrindo caminhos!*





AUTO POSTO MANELÃO

(69) 3442-5455 / 98455-7973

Av. Norte Sul, eq. João Pessoa, 4963 - Centro - CEP: 76.940-000 - Rolim de Moura-RO



3442-4100 / 3442-1020

patendimentodpress@uol.com.br

Av. 25 de Agosto, 3991 - Centro
CEP 76.940-000 - Rolim de Moura-RO

TRAFEGABILIDADE: Iniciada pelo governo de RO a recuperação dos 28 Quilômetros da RO-484 em Santa Luzia d'Oeste



RO-484, também conhecida como P-18 e Linha 192, conecta as Rodovias 370 e 491, no município de Santa Luzia d'Oeste

O governo de Rondônia deu início à recuperação e manutenção da RO-484, também conhecida como P-18 e Linha 192, que

conecta as Rodovias 370 e 491, no município de Santa Luzia d'Oeste. Os serviços, iniciados no dia 16 de setembro, estão sen-

do executados pela equipe da 5ª Regional, do Departamento Estadual de Estradas de Rodagem e Transportes (DER-RO).

Para o governador de Rondônia, Marcos Rocha, a recuperação da RO-484 é de fundamental importância para economia local. “As margens da estrada abrigam grandes lavouras de soja e áreas de confinamento de gado. Além disso, a via interliga diversas estradas vicinais e conecta os municípios de Santa Luzia d'Oeste, Parecis e Alto Alegre dos Parecis. E para garantir a mobilidade da população da região, o governo tem investido e trabalhado para manter as vias em condições de trafegabilidade”, ressaltou.

O chefe da 5ª Regional do DER-RO, Nilson Oliveira, explicou que a rodovia está recebendo melhorias ao longo de seus 28 quilômetros de extensão. “Estamos realizando a

limpeza lateral para melhorar a visibilidade dos motoristas, prevenindo acidentes com animais nas margens da estrada. Simultaneamente, estamos executando o patrolamento (reconformação da plataforma), desobstrução e construção de saídas de água, além do encascalhamento em pontos críticos.”

O diretor-geral do DER-RO, Eder Fernandes, salientou que a missão do Departamento é garantir a trafegabilidade nos mais de seis mil quilômetros de rodovias sob a responsabilidade do governo de Rondônia. “São mais de 4.500 quilômetros de estradas primárias (não pavimentadas) e mais de 1.500 quilômetros de rodovias pavimentadas. As estradas são a espinha dorsal do desenvolvimento, conectando as regiões ao futuro e ao progresso.”

Texto: Ricardo Barros

Fotos: Ricardo Barros

Nota de pesar da prefeitura de Rolim de Moura pelo falecimento do servidor municipal Carlos Donizete de Brito

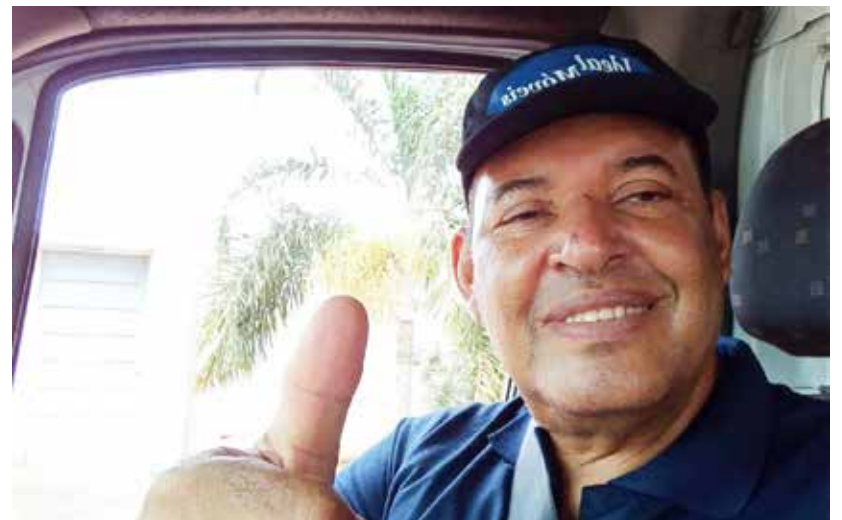
A Prefeitura de Rolim de Moura (RO) por meio da Secretaria Municipal de Saúde (SEMUSA) lamenta o falecimento servidor municipal, Carlos Donizete de Brito, 60 anos, lotado no hospital municipal Amélio João da Silva.

Com problemas cardíacos, ele estava fazendo tratamento e sofreu um infarto nesta sexta-feira,

foi socorrido a UPA, não resistiu e foi a óbito. Ele era servidor do município desde o ano de 2001. Ainda não há informações sobre velório.

Nesse momento de dor, toda a equipe da SEMUSA se solidariza com a família, pedindo a Deus o conforto necessário a todos os entes.

Assessoria



Com problemas cardíacos, ele estava fazendo tratamento e sofreu um infarto

ATACAREJO B

BOM PREÇO

SUA ECONOMIA TEM ENDEREÇO!

69 **3442-5676**

Siga-nos no instagram

JUSTIÇA CONDENA PREFEITO ARISMAR ARAÚJO A DEVOLVER R\$ 2 MILHÕES EM SALÁRIOS RECEBIDOS IRREGULARMENTE

Prefeito de Pimenta Bueno, Arismar Araujo, procurador-geral e secretários municipais terão que devolver valores recebidos de forma irregular desde janeiro de 2023. Prejuízo aos cofres do município pode chegar a mais de R\$ 2 milhões.

A segunda turma do Tribunal de Justiça de Rondônia decidiu em sessão realizada na última segunda-feira (16.setembro.2024), por unanimidade, que o prefeito de Pimenta Bueno, Arismar Araujo de Lima, atuou de maneira inconstitucional ao reajustar seu próprio salário, do procurador-geral e dos secretários municipais. Além de ser ilegal, a iniciativa do prefeito Arismar Araújo provocou revolta nos servidores municipais, que há anos esperam por ter atendida suas reivindicações de melhoria salarial.

Os desembargadores seguiram o voto do relator, desembargador Miguel Mônico Neto, e por unanimidade decidiram que o prefeito, secretários e seus assessores terão que devolver os valores pagos irregularmente em seus salários desde janeiro de 2023. A soma dos valores recebidos irregularmente ultrapassa a casa de R\$ 2 milhões.

O Tribunal de Justiça acatou a

Ação Direta de Inconstitucionalidade feita pelo Ministério Público do Estado de Rondônia e anulou o reajuste proposto em benefício próprio pelo prefeito de Pimenta Bueno. A decisão unânime do tribunal invalida todos os efeitos da lei municipal de forma retroativa, desde sua origem.

RELEMBRE A HISTÓRIA

No dia 26 de dezembro de 2022, no “apagar das luzes” do exercício legislativo, o prefeito Arismar Araujo de Lima sancionou a lei 3046/2022, aprovando um reajuste em seu próprio salário, que passou de R\$ 16.400,00 para R\$ 28.663,97 – um aumento da ordem de R\$ 12.263,00.

O Ministério Público do Estado de Rondônia argumentou a inconstitucionalidade formal e material da norma, apontando violações às disposições da Constituição Estadual e da Constituição Federal. Ao detalhar o vício formal, o Ministério Público sustentou que a matéria é de iniciativa do Poder Legislativo Municipal, conforme prevê o artigo 110 da Carta Rondoniense e o artigo 29, incisos V e VI, da Constituição Federal.

De acordo com o MP, o reajuste intentado pelo prefeito Arismar



Araujo de Lima constituiu flagrante aumento remuneratório ilegal ao agente político, pois a lei atacada conferiu um acréscimo com índice incompatível aos princípios da proporcionalidade, moralidade e impessoalidade, ocasionando um efeito multiplicador nas despesas públicas do município.

Outro ponto destacado pelo MP se referiu à violação do princípio da anterioridade, que dispõe que os salários de agentes políticos devem ser fixados pela Câmara Municipal em cada legislatura para a subsequente, ou seja, só passam a

valer após o fim do mandato daqueles agentes públicos. Essa regra constitucional também foi ignorada pelo prefeito de Pimenta Bueno. Os argumentos foram acolhidos pelo relator, desembargador Miguel Mônico Neto, cujo voto foi seguido pelos demais membros do Tribunal.

Fonte: Sandro André Jornalista

Acompanhe a sessão de julgamento no Youtube oficial do Tribunal de Justiça, a partir do minuto 45 minutos

<https://www.youtube.com/live/XcLAtRQY9Es>

BC comunica exposição de dados de 150 chaves Pix



Embora o caso não precisasse ser comunicado por causa do baixo impacto potencial para os clientes

Um total de 150 chaves Pix de clientes da SHPP Brasil Instituição de Pagamentos (Shopee) teve dados expostos, informou nesta quarta-feira (19) o Banco Central (BC). Este foi o 14º incidente com dados do Pix desde o lançamento do sistema instantâneo de pagamentos, em novembro de 2020.

Segundo o BC, a exposição ocorreu de 2 a 4 de setembro e abrangeu as

seguintes informações: nome do usuário, CPF, instituição de relacionamento, agência, número e tipo da conta.

De acordo com o Banco Central, a exposição ocorreu por causa de falhas pontuais em sistemas da instituição de pagamento. A exposição, informou o BC, ocorreu em dados cadastrais, que não afetam a movimentação de dinheiro. Dados protegidos pelo sigilo bancário, como

saldos, senhas e extratos, não foram expostos.

Embora o caso não precisasse ser comunicado por causa do baixo impacto potencial para os clientes, a autarquia esclareceu que decidiu divulgar o incidente em nome do “compromisso com a transparência”.

Todas as pessoas que tiveram informações expostas serão avisadas por meio do aplicativo ou do internet banking da instituição. O Banco Central ressaltou que estes serão os únicos meios de aviso para a exposição das chaves Pix e pediu que os clientes desconsiderassem comunicações como chamadas telefônicas, SMS e avisos por aplicativos de mensagens e por e-mail.

A exposição de dados não significa necessariamente que todas as informações tenham vazado, mas que ficaram visíveis para terceiros durante algum tempo e podem ter sido capturadas. O BC informou que

o caso será investigado e que sanções poderão ser aplicadas. A legislação prevê multa, suspensão ou até exclusão do sistema do Pix, dependendo da gravidade do caso.

Em todos os 14 incidentes com chaves Pix registrados até agora, foram expostas informações cadastrais, sem a exposição de senhas e de saldos bancários. Por determinação da Lei Geral de Proteção de Dados, a autoridade monetária mantém uma página em que os cidadãos podem acompanhar incidentes relacionados com a chave Pix ou demais dados pessoais em poder do BC.

Em maio de 2022, o aplicativo de compras da Shopee recebeu autorização do BC para operar como instituição de pagamentos no Brasil. A reportagem aguarda manifestação da empresa.

Fonte: Assessoria

Foto: Marcello Casal Jr/Agência Brasil